



**ATA, 18.ª REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2026**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada; José Agostinho de Sousa Pinto; Alberto Amaro Guedes Machado; Paulo Manuel Ferreira da Silva, em substituição de Pedro Braga de Carvalho; Joana Filipa da Silva e Sousa; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Carlos de Magalhães Gagliardini Graça; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro; Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; João Diogo dos Santos Souto Coelho; Paulo César Rios de Oliveira; Diamantino José Videira Matos Raposinho; António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Francisco Crisóstomo Calheiros; João Miguel de Magalhães Alves Dias; Fernando Vítor Coelho Cardoso Campelo; Ignácio Valentin Prieto Guglielmone; Carolina Macedo dos Santos; Natacha Filipa da Silva Santos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles; Sílvia Lopes Soares; Maria Cecília Pinto Silva Sampaio, em substituição de Marco Régis Lacomblez Leitão; Duarte Nuno Ribeiro da Costa Correia; Sandra Maria Costa Mota Coelho; Rita Sofia dos Santos Freitas; Fernando Miguel Pinho de Faria Bravo; Teresa Maria Vilas Boas Figueiredo; António Fernando da Silva Oliveira; Gisela Maria Bastos Ferreira Leal; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Manuel Cardoso Monteiro; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Miguel Jorge Arcos dos Santos; Susana Salbany Constante Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Pedro Olazabal Avides Moreira; Ana Luísa Ferreira Fernandes.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Luís Dias Santos Ferreira; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Marta Sofia Teixeira Pinheiro, em substituição de Cláudia Susana Fonseca Ferreira da Silva de Faria Bravo; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Ângela Maria Fanguero Cintra, em substituição de Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Ana Catarina da Rocha Araújo; Gabriela Loureiro Queiroz; Rodrigo Teodoro Passos; Hugo Jorge Beirão Rodrigues; Matilde Gouveia Rocha; Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro; Helena Isabel da Silva Maia; Francisca do Passo Valente Carneiro Fernandes; Fernando Jorge Garcia Pereira; Alberto Simão Campos da Mota, em substituição de Marta Cristina Antunes de Sá Lemos da Cruz Lança; Miguel Almeida Corte Real Gomes.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Pedro Miguel Azeredo Duarte; Jorge Miguel Meleiro Sobrado.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 38 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **declarou aberta a Sessão.**

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -

art.º 38.º do Regimento

Entraram na Sala Raúl Almeida, Membro do Grupo Municipal FA, **Fernando Bravo**, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, e **Fernando Cardoso**, Membro Independente.

1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOÇÕES OU DE RECOMENDAÇÕES PELA MESA, GRUPOS MUNICIPAIS OU POR QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLEIA SOBRE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

Natacha Santos, Membro do Grupo Municipal IL, referiu que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal estava relacionada com a transformação a nível da inovação tecnológica e digitalização – uma área com crescente importância na sociedade. Referiu que a educação STEAM – *Science, Technology, Engineering, Arts, and Maths* assumia particular relevância, dada a sua forma de aprendizagem em que coloca os alunos no plano central e acrescentou que o Porto reunia condições excecionais para ser uma cidade de referência nesta matéria.

Afirmou que o pretendido não era substituir escolas, nem interferir nas suas competências, mas que a Autarquia assumisse um papel de articulação na promoção de parcerias e da sua acessibilidade a todos.

Defendeu o seu acompanhamento em Conselho Municipal de Educação e envolvimento dos respetivos parceiros.

Concluiu, dizendo que esta era uma aposta na capacidade de inovação da cidade e, acima de tudo, na liberdade das novas gerações. Apelou ao voto favorável da Assembleia Municipal.

Entraram na Sala Paulo Rios de Oliveira, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, **Maria Cecília Sampaio**, Membro do Grupo Municipal PS, e **José Maria Montenegro**, Líder do Grupo Municipal CDS-PP.

Gisela Leal, Membro do Grupo Municipal L, recomendou ao Executivo Municipal a adesão à ICORN – *International Cities Refugee Network*, rede mundial de cidades de refúgio que garante a proteção a artistas, escritores, jornalistas e académicos cuja atividade estivesse a ser constrangida ou cujas vidas estivessem em risco.

Notou que diariamente são veiculadas notícias sobre perseguição e morte daqueles profissionais pelo que era necessário defender a liberdade, as Democracias plurais e combater o autoritarismo e a desinformação, devendo o Porto contribuir e alocar todos os meios para este fim.

Destacou ainda a Recomendação para o aprofundamento das capacidades do portal do município, através do reforço da plataforma de registo de ocorrências e a criação de uma aplicação que agilizasse a gestão. Acrescentou que a gestão de resíduos e limpeza urbana eram fundamentais para a saúde pública, bem como o melhoramento do espaço urbano.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., disse que as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda eram resposta a urgências na área da habitação, direitos humanos e adaptação climática.

Referiu haver um crescente ódio, a nível europeu, pelo que a marcha do orgulho LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo e Outros era uma afirmação democrática de direitos e de visibilidade. Saudou o trabalho dos envolvidos no evento.

Quanto à habitação, lembrou a crise no Porto que carece de soluções e propôs a atualização dos instrumentos disponíveis nessa área. Defendeu a alocação de recursos para a mitigação das medidas anunciadas pelo Executivo e um mecanismo de monitorização para o fornecimento de dados concretos.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, lembrou a medida anunciada para a gratuidade dos transportes públicos – sem que tenha havido um estudo sobre a matéria. Questionou sobre a data da sua implementação, a emissão do aviso prévio do Tribunal de Contas, declaração de conformidade relativa ao contrato, bem como o

estado de fiscalização prévio. Notou ainda que a STCP – Sociedade dos Transportes Colectivos do Porto, E. I. M. necessitava de tempo para dotar a empresa de condições necessárias para os respetivos investimentos. Acrescentou que o Grupo Municipal CHEGA havia alertado para as debilidades jurídicas da medida, bem como a falta de articulação para com os restantes municípios integrantes da rede de transporte. Considerou ainda que a medida teria impacto em todas as áreas.

Entraram na Sala Isabel Menéres Campos e Duarte Nuno Correia, Membros do Grupo Municipal CDS-PP.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que a proposta apresentada advinha de problemas concretos dos cidadãos, como era o caso das condições de utilização dos transportes da empresa Metro do Porto. Apelou a que a Assembleia Municipal acompanhasse a situação. Sugeriu a intervenção sistematizada nas passeadeiras nas zonas escolares dado que, entretanto, se iniciaria um novo ano letivo. Referiu-se ainda à proposta relativa à regionalização, com o respetivo planeamento e referendo, dando nota de ser aquele o caminho que deve ser seguido.

Alberto Machado, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD, assinalou o dia 4 de julho, o Dia Internacional das Cooperativas. Lembrou a relevância destas entidades e o seu impacto social, económico e cultural, bem como o seus benefícios e espírito de entreajuda. Disse que para além de assinalar o dia, o propósito da Recomendação apresentada era também dar força ao movimento.

Miguel Arcos, Membro do Grupo Municipal PS, em contexto de apresentação da proposta, disse que a rede de ciclovias na cidade não tinha extensão suficiente e alertou para a necessidade de disponibilização de bicicletas para aluguer.

Acrescentou que a aposta neste modo suave devia ser significativa e que a moção apresentada era um passo para a melhoria da vida dos cidadãos.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, enumerou os eventos e acordos realizados, denotando uma cidade em construção para todos, em áreas fundamentais como a coesão social, cultura e educação.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, **propôs a apreciação e votação de um Voto de Pesar e de Solidariedade para com o povo e vítimas dos sismos ocorridos na Venezuela.**

A Mesa aceitou a proposta de Voto de Pesar e de Solidariedade e colocou à votação do Plenário.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do povo e das vítimas dos sismos da Venezuela.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, informou sobre o sentido de voto nas propostas apresentadas.

Considerou uma excelente ideia a proposta apresentada pela Iniciativa Liberal.

Referiu que ia acompanhar a proposta de adesão à ICORN, apresentada pelo LIVRE, dando nota que cidades com as melhores práticas faziam parte daquela rede e que era algo que se identificava muito com o espírito do Porto.

Em relação ao Voto de Saudação do B.E., afirmou que a cidade deve defender os direitos de todos.

Solicitou esclarecimentos ao Executivo Municipal em relação à proposta de monitorização do ar.

Informou que iam acompanhar a proposta do CHEGA, por ser uma questão de prestação de contas.

Classificou como relevante a proposta da CDU em relação à preparação do ano letivo. Concordou com a proposta do PSD para assinalar o Dia das Cooperativas, e com a proposta apresentada pelo PS.

Em relação ao proposto pelo CDS-PP, notou que faltava referência à história, memória e reconhecimento, pelo que iriam abster-se na votação.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, informou que ia votar a favor da generalidade das propostas.

Destacou a moção da regionalização, reafirmando a necessidade de avançar com o processo ainda na legislatura corrente.

Reforçou a ideia assente na proposta do PS de encarar a mobilidade suave com seriedade, com uma rede interligada e um sistema de partilha de bicicletas público, acessível e integrado no andante.

Salientou a importância da proposta do B.E. para a monitorização do ar.

Joana Sousa, Líder do Grupo Municipal IL, informou sobre o sentido de voto em relação às propostas. Explicou que reconhecia a gravidade do problema em relação à proposta de habitação do B.E., mas não concordava com as soluções apresentadas. Quanto ao Voto de Saudação, considerava que uma saudação institucional não se devia transformar num manifesto político – não estando em causa, para a Iniciativa Liberal, a liberdade de direitos.

Informou sobre o voto contra o proposto pelo CHEGA, por considerar que não acrescentava valor ao debate, tendo já sido amplamente discutida.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, manifestou a posição a das propostas apresentadas, destacando a sua relevância.

Ressalvou, em relação à proposta do CHEGA, o voto em abstenção, por apresentar menções contra a gratuidade do transporte público.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, em resposta a Raúl Almeida, disse que a proposta não apresentava um antes e depois, não reconhecendo a preocupação manifestada.

Partilhou da preocupação do Grupo Municipal LIVRE, acrescentando que iriam abster-se na votação, por desconhecerem o que representava a nível de obrigações para a Autarquia.

Disse que a proposta do CHEGA era um combate à medida que foi sufragada pelos portuenses.

Em relação à proposta da CDU, reconheceu a legitimidade da preocupação, explicando, contudo, que não fazia justiça à atividade da atual administração da Metro.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, disse ter ficado perplexo por ver o PS defender as ideias do PSD. Acrescentou que estava de acordo com a medida de gratuidade dos transportes, mas pretendia saber mais sobre o seu fundamento.

Alberto Machado, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD, em relação à proposta do CHEGA, disse que não estava no período da Ordem de Trabalhos apropriado, tendo em conta que a intenção era questionar o Executivo.

Acrescentou que estava a ser criada especulação em torno do assunto, dado que o Presidente da Câmara Municipal tinha anunciado a medida para o início de 2027.

Em relação ao proposto pelo LIVRE, disse que partilha a preocupação apresentada pelo CDS-PP, sendo o voto do PPD/PSD em abstenção.

Em relação às melhorias ao portal do munícipe, disse que apresentava um bom funcionamento de tramitação entre os munícipes e Município.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **colocou à votação as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.**

1. Recomendação “Educação STEAM: preparar o Porto para o conhecimento”, apresentada pelo Grupo Municipal Iniciativa Liberal.

NUD/444915/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (15 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 L + 2 FA + 1 B.E. + 1 IND) e 2 abstenções (CDU).

2. Recomendação “Da Adesão do Município à ICORN”, apresentada pelo Grupo Municipal LIVRE.

NUD/445596/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.), 3 votos contra (CH) e 21 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

3. Recomendação “Para Melhorar o Portal do Município”, apresentada pelo Grupo Municipal LIVRE.

NUD/445659/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.), 3 votos contra (CH) e 21 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

4. Voto de Saudação “Por uma cidade que defende os direitos LGBTI+ e celebra a visibilidade desta luta”, apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/445582/2026/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 24 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 1 IND) e 22 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.).

5. Recomendação “Por um Mecanismo Municipal de Monitorização e Ação para a Qualidade do Ar”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/445637/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.) e 24 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 1 IND).

6. Recomendação “Para responder à falta de habitação digna, atualizar a Estratégia Local de Habitação e o Acordo de Colaboração com o IHRU”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/445693/2026/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 26 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 FA + 1 IND) e 20 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.).

7. Moção “Sobre a Política de Mobilidade e Transportes Públicos no Concelho do Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal CHEGA.

NUD/445692/2026/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND), 5 votos a favor (3 CH + 2 FA) e 20 abstenções (15 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.).

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, informou que Gonçalo Mayan Gonçalves, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, não participaria na votação da proposta n.º 8, por eventuais conflitos de interesse.

8. Recomendação “Pela resolução dos problemas associados ao inaceitável excesso de calor que se regista no interior das carruagens do Metro do Porto nos dias de maior temperatura”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/445026/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 25 abstenções (12 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 FA + 1 IND) e 20 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.).

9. Moção “Regionalização, um imperativo democrático”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/445105/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 23 votos a favor (15 PS + 3 IL + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.), 4 votos contra [(3 CH + 1 CDS-PP (Duarte Nuno Correia))] e 19 abstenções (13 PPD/PSD + 3 CDS-PP + 2 FA + 1 IND).

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, **informou que ia apresentar uma declaração de voto**, por escrito, não tendo sido entregue.

10. Recomendação “Pela preparação das envolventes escolares antes do início do ano lectivo”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/445154/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (15 PS + 3 CH + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.) e 21 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

11. Recomendação “Por um Porto cada vez mais Cooperativo”, apresentada pelo Grupo Municipal Partido Social Democrata.

NUD/446160/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 43 votos a favor (15 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E. + 1 IND) e 3 abstenções (CH).

12. Moção “inBIKEcta, por um modelo de cidade ciclável”, apresentada pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

NUD/446012/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (15 PS + 3 CH + 2 L + 2 FA + 2 CDU) e 22 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 B.E. + 1 IND).

13. Moção “Pelo Porto que cresce com todos: Cultura, inovação e coesão como compromisso permanente”, apresentada pelo Grupo Municipal CDS-Partido Popular.

NUD/446183/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 38 votos a favor (15 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 2 L + 1 IND) e 8 abstenções (3 CH + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.).

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., apresentou a seguinte declaração de voto oral: “Em relação à proposta da Iniciativa Liberal, votamos a favor. Entendemos que, com a descentralização de competências na área da educação, há um papel de enriquecimento da oferta educativa na cidade que cabe ao Município, mas sentimos falta da menção dos recursos e, portanto, o apoio às escolas também será fundamental.

Em relação à proposta do CHEGA, trata-se de um requerimento pelo que deve ser essa via a usada, daí a abstenção.

Quanto à moção do Partido Socialista, recua em relação ao que tem vindo a ser dito. Em maio de 2020, o Município assumiu o compromisso de 35 km de extensão da rede de ciclovias. Em 2025, assumiu o compromisso da ligação intermunicipal de ciclovias entre São Mamede e a Asprela. Ou seja, o Município está atrasado pelo que receou que votar a favor fosse um retrocesso.

Em relação à proposta do CDS-PP, o que era considerado como assegurado carecia de balanço e reflexão, sendo o festival BABELL uma dessas situações.”

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, apresentou a seguinte declaração de voto oral: “Em relação à proposta da Iniciativa Liberal, identificamos

alguns aspetos positivos, mas tem uma abordagem tecnocrata, centrada nas questões do digital, e não valoriza aspetos do desenvolvimento integral do indivíduo, nomeadamente nas ciências sociais e humanidades, pensamento crítico, cultura humanista, expressão artística, daí a abstenção para não obstaculizar a proposta.

Em relação à proposta de adesão do LIVRE à ICORN, temos dúvida quanto à sua operacionalização e o que acarreta para o Município.

Na proposta de mobilidade do CHEGA, não é uma questão de transparência – o que se trata é do reforço efetivo dos transportes públicos e não é proposto nada.

Uma nota final para a proposta do PS da rede ciclável, embora votando favorável, podia ser integrada na rede andante e, por isso, não acompanhamos o segundo ponto na totalidade.

Quanto à do CDS, é o próprio tom autoelogioso que não acompanham e faz uma reflexão a apagar os anos de governação em que o CDS esteve envolvido, daí a abstenção. Na prática, tem questões que acompanhamos e valorizamos, mas não é forma de fazer política.”

2. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE DE CADA FREGUESIA PELOS RESPECTIVOS PRESIDENTES DE JUNTA OU SEUS SUBSTITUTOS.

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, apresentou o projeto Semear Cidadania, cujos participantes são alunos e seniores de instituições da freguesia, dando nota de ter sido entregue uma Recomendação sobre a temática da edição – *Bullying* aos órgãos autárquicos do Município e, posteriormente, à Assembleia da República.

Disse que um dos objetivos do projeto é dar voz e experienciar a Democracia em pleno e anunciou o tema da próxima edição: Violência Doméstica.

Abordou a situação de segurança em Ramalde, reforçando a necessidade de aumentar o número de efetivos na esquadra do Viso e alertando para o facto de o número de esquadras ter sido reduzido.

Convidou os Membros a assistir às Rusgas de São João no próximo ano.

3. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL, PELOS GRUPOS MUNICIPAIS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., demonstrou a sua perplexidade em relação à rejeição do Voto de Saudação à marcha de orgulho em 2026 – situação que não tem acontecido nos anos anteriores.

Referiu que havia várias cidades europeias a viver episódios de calor extremos pelo que estavam a ser acionados mecanismos de mitigação.

Acrescentou que o Instituto do Mar e da Atmosfera tinha previsto também um aumento significativo das temperaturas, pelo que o Porto devia garantir locais de refúgio climático, bem como a formação e preparação das forças de segurança.

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, abordou a luta dos trabalhadores no âmbito do pacote laboral para que o mesmo fosse rejeitado na Assembleia da República, dando nota das suas implicações na degradação das condições de trabalho e de vida. Considerou ter sido uma vitória para os trabalhadores de um enorme significado político.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Aprovação da Ata da 15.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 1 de junho de 2026.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 1 de junho de 2026. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 15.^a reunião.

2. Informações gerais e Expediente.

- Minutas das Atas e Editais das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 09 e 22 de junho de 2026.
- Resposta do Gabinete do Primeiro-Ministro, na sequência de envio de Recomendação e Moção da Assembleia Municipal, deliberadas em Sessão Extraordinária de 18 de maio de 2026.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 19 de junho de 2026

Ordem de Trabalhos expedida em 23 de junho de 2026)

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO À PETIÇÃO DE CIDADÃOS “BOAVISTA FUTEBOL CLUBE: MAIS QUE UM CLUBE, UM SÍMBOLO DA CIDADE”.

NUP/4058/2026/CMP

Nos termos da alínea e) do art.º 43º do Regimento, **José Carlos Vieira**, representante da Petição, **interveio sobre o assunto da Petição.**

Informou sobre a ausência do autor da petição, Filipe Teixeira, por se encontrar fora do país.

Disse que o Boavista Futebol Clube tinha um legado construído há mais de um século, devendo este ser transmitido às próximas gerações.

Referiu tratar-se de Memória, Identidade e Património, como mencionado no relatório da Assembleia Municipal, e destacou a importância da instituição na construção de cidade, e a sua dimensão humana que a transforma em património.

Acrescentou que a herança do Boavista não se resumia aos títulos arrecadados, mas à sua comunidade e a um sentido de pertença multigeracional.

Concluiu, afirmando que era disso que tratava a petição: do património humano, da continuidade geracional e da assunção de uma responsabilidade perante o futuro.

Apelou à vontade de agir dos presentes, no reconhecimento e salvaguarda do legado para que este possa a continuar a ser transmitido.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., sugeriu a distribuição das propostas relacionadas com as petições aos respetivos representantes.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, concordou e solicitou a sua distribuição.

João Coelho, Membro do Grupo Municipal PS, disse que não estava em discussão apenas o Clube, mas uma parte da história da cidade, da sua identidade popular e da cultura desportiva.

Referiu que o Boavista Futebol Clube era uma instituição centenária que ajudou a construir a pluralidade desportiva da cidade e projetou o seu nome.

Acrescentou que o que estava em causa era o reconhecimento, a proteção e a valorização de uma instituição que faz parte do património histórico, social, desportivo e simbólico da cidade.

Salientou que a petição tornou clara essa exigência cívica e que o papel do Município era agir com seriedade nas suas competências e na defesa do interesse público

municipal, mostrando-se disponível para o diálogo e salvaguardando a continuidade da atividade desportiva e formativa.

Notou que a proposta apresentada pelo Partido Socialista procurava uma linha política equilibrada.

Afirmou que a Assembleia Municipal devia declarar a sua solidariedade para com os milhares de cidadãos que subscreveram a petição.

Relevou ainda o trabalho da Autarquia na proteção de vários atletas que praticavam as diferentes modalidades.

Afirmou que aquele espaço não podia ser entregue à degradação, incerteza ou à pressão de soluções urbanísticas que desvirtuem a sua vocação. Disse que a classificação da zona desportiva como área de reabilitação urbana era plenamente justificada, face à degradação do estádio e da sua envolvente.

Reforçou a possibilidade de intervenção da Autarquia na proteção do clube contra comportamentos especulativos.

Terminou, sublinhando que a Assembleia Municipal devia assumir uma posição clara, dando nota da proposta do PS e apelando a todas as forças políticas que a aprovassem.

Ignácio Prieto, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, saudou o peticionário e ressaltou a importância do Boavista, devendo a Assembleia Municipal olhar para a petição com respeito, atenção e sentido de responsabilidade.

Sublinhou a importância do desporto nas diferentes variantes, a par da instituição que era o Boavista – memória urbana, rede de famílias, lugar de pertença e uma marca na cidade do Porto. Afirmou que a Autarquia devia garantir que as crianças e jovens continuassem a ter condições para praticar desporto.

Em relação ao estado urbanístico do estádio do Bessa, disse que o processo de leilão que decorria tinha um enquadramento jurídico próprio, não podendo a Câmara Municipal substituir-se aos seus intervenientes.

Quanto à dimensão associativa, disse que a Câmara devia estar disponível para ajudar a criar condições e acompanhar a situação.

Concluiu, referindo a proposta do PSD, em conjunto com os Grupos Municipais CDS-PP e IL, e reconhecendo o Boavista como uma instituição excecional.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., congratulou-se pelo facto de haver três petições em discussão naquela Sessão.

Lembrou que o B.E. já havia apresentado uma proposta para uma política pública de desporto, tendo em conta que ainda existem territórios sem oferta desportiva.

Disse que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal reconhecia a instituição e o seu património coletivo e propunha a criação de um grupo de trabalho para o seu acompanhamento.

Em relação às restantes propostas apresentadas, afirmou que ia votar a favor na sua generalidade. Solicitou a votação por pontos na proposta do PS.

Joana Sousa, Líder do Grupo Municipal IL, disse que o Boavista era uma instituição centenária, que corporizava a memória coletiva de gerações, que deixou marca e que projetou o nome do Porto.

Acrescentou que a história foi escrita em várias modalidades e disse que o clube era um lugar de crescimento e de relações, onde se criava um sentido de pertença que ficava para a vida.

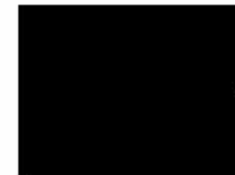
Afirmou que era inquestionável o que o clube representava.

Reconheceu os problemas que enfrentava defendendo, ainda assim, que não podiam substituir-se aos seus órgãos sociais, nem às entidades que tinham responsabilidade no processo.

Partilhou a sua expectativa para que se encontrasse uma solução responsável, sustentável e que permitisse a continuidade da sua história.

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, agradeceu a participação cívica através da apresentação da petição.

Considerou o tema importante e sinalizou o consenso que estava a gerar na Assembleia Municipal.



Disse que, no processo, havia responsabilidades que não podiam ser ignoradas e tinham de ser assumidas.

Reconheceu a relevância da instituição, a sua pluralidade nas modalidades e partilhou a sua preocupação em relação formação.

Notou que havia questões que a Autarquia poderia apoiar e manifestou ainda a disponibilidade e ajuda do Grupo Municipal nesse sentido.

Levantou questões em relação à classificação da zona desportiva do Bessa como ARU – Área de Reabilitação Urbana.

Solicitou a votação do ponto n.º 4 da proposta apresentada por PPD/PSD, CDS-PP e IL separadamente.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, cumprimentou os peticionários e referiu que o Porto estava profundamente triste e preocupado com a situação do Boavista. Sublinhou a união em torno da causa e do carisma do clube, sendo dos mais ecléticos a nível nacional.

Disse que o Município não podia interferir na gestão do clube, mas que ia votar favoravelmente todas as propostas porque devem ser estudadas. Destacou o PDM – Plano Diretor Municipal, como instrumento em que a Autarquia poderia atuar.

Reiterou o empenhamento e contributo de todos para que o Boavista preservasse o seu papel na cidade.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, saudou os peticionários referindo ser uma honra estar numa reunião plenária a discutir três petições de cidadãos. Destacou a instituição como histórica e importante na cidade.

Defendeu que a cidade tinha de ter um papel claro na resposta aos atletas praticantes das várias modalidades.

Considerou fundamental que a cidade ponderasse formas de proteger o património material e imaterial para evitar a degradação e eventuais especulações imobiliárias.

Disse ainda que os órgãos autárquicos do Município tinham um papel a desempenhar, no que diz respeito ao seu acompanhamento e papel ativo no que estiver ao seu alcance. Informou que iam votar a favor das propostas apresentadas e solicitou a votação em separado do Ponto n.º 4 da Moção apresentada por PPD/PSD, CDS-PP e IL.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, agradeceu aos peticionários.

Ressaltou a importância do Boavista e referiu que o sentido da Moção apresentada era o de reconhecer as suas distintas dimensões do clube: intergeracional, sentimental, a sua infraestrutura e as modalidades.

Admitiu a dificuldade de uma resposta, pelo que confiava na sensibilidade, bom senso e magistratura de influência do Presidente da Câmara a quem mandatavam para executar o que considerasse ser necessário.

Solicitou o desdobramento da votação na proposta do PS.

João Coelho, Membro do Grupo Municipal PS, em resposta a Joana Rodrigues disse que a zona cumpria todos os critérios legais para ser classificada como ARU.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **colocou à votação as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais**.

14. Deliberação “Pelo acompanhamento institucional do Boavista Futebol Clube e promoção da salvaguarda do seu património cultural”, apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/445773/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (15 PS + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.), 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND) e 3 abstenções (CH).

15. Recomendação “Em defesa do Boavista Futebol Clube e da zona desportiva do Bessa”, apresentada pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

NUD/446022/2026/CMP

Deliberação Pontos n.º 1, 2 e 3: Aprovados, por unanimidade.

Deliberação Ponto n.º 4: Aprovado, por maioria, com 25 votos a favor (15 PS + 3 CH + 2 L + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E.) e 21 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

Deliberação Ponto n.º 5: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (15 PS + 3 CH + 2 L + 2 FA) e 24 abstenções (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 2 CDU + 1 B.E. + 1 IND).

16. Moção “Pelo reconhecimento, valorização e acompanhamento da situação do Boavista Futebol Clube”, apresentada pelos Grupos Municipais Partido Social Democrata, CDS-Partido Popular e Iniciativa Liberal.

NUD/446077/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 44 votos a favor (15 PS + 13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 3 CH + 2 FA + 2 CDU + 1 B.E. + 1 IND) e 2 abstenções (L).

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, apresentou a seguinte declaração de voto oral: “A favor da proposta pelo espírito criado em torno da importância do Boavista e que vão interpretar a confiança depositada no Presidente da Câmara Municipal do Porto, e obviamente no Executivo, para fazer este exercício das competências próprias”.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, informou que ia apresentar uma declaração de voto, por escrito, não tendo sido entregue.

2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO RELATIVO À PETIÇÃO DE CIDADÃOS “GUERRA JUNQUEIRO MAIS ALEGRE”.

NUP/36588/2026/CMP

Nos termos da alínea e) do art.º 43º do Regimento, **Márcia Ramoa Pinto, representante da Petição, interveio sobre o assunto da Petição.**

Disse que estava em representação de mais de 1100 cidadãos assinantes da petição que pretendia reclamar uma rua segura para quem lá vive e para quem dela usufrui.

Referiu que na rua de Guerra Junqueiro, estavam localizados estabelecimentos escolares, onde milhares de jovens partilham passeios, com veículos estacionados em ambos os lados e onde subsiste circulação a velocidades excessivas.

Solicitou medidas concretas, já testadas em outras cidades europeias, para garantir a autonomia e segurança dos filhos: a eliminação de uma faixa de rodagem e de uma fila de estacionamento, a criação de uma ciclovia bidirecional; a introdução de espaços verdes, zonas de convívio, *Kiss and drive*; a instalação de radares de controlo de velocidade; melhoramento da visibilidade das passadeiras e a criação de uma paragem de autocarro.

Acrescentou que o desenho urbano devia priorizar as crianças, à semelhança do que é feito noutras cidades europeias.

Defendeu ser uma oportunidade para o Porto se tornar uma referência nacional neste âmbito.

Concluiu, com dois pedidos à Assembleia Municipal: avançar com a requalificação da rua Guerra Junqueiro, com o acolhimento das propostas da petição, e a criação de um programa municipal de ruas escolares.

Notou ainda que petição contava com o apoio e solidariedade das associações de pais das escolas João de Deus e Clara de Resende.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, agradeceu o trabalho dos peticionários, entendendo tratar-se de um tema transversal à cidade.

Disse que as crianças que vão de bicicleta ou a pé para a escola promoviam a sua autonomia e desenvolvimento – o que significava que cada intervenção em zonas escolares tinha impacto no futuro destas.

Associou-se ao desafio lançado pelos peticionários para a criação de um programa, com o respetivo calendário. Sugeriu ainda a criação de *peddy bus* e comboios de bicicletas.

Fernando Bravo, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, saudou os cidadãos que subscreveram a petição e agradeceu o trabalho apresentado, sendo um exemplo de cidadania ativa.

Notou que a petição apresentada era resultado de preparação, estudo e vontade de contribuir para a construção de um Porto com mais qualidade de vida para todos.

Acrescentou que o solicitado era um espaço mais seguro, saudável e humano – uma visão que a Câmara Municipal comungava.

Referiu que o relatório preliminar da obra tinha sido suspenso para garantir que a audição aos peticionários fosse tida em conta. Reconheceu o valor das propostas apresentadas e explicou os constrangimentos existentes e a abertura para integrar melhorias.

Referiu que a obra estava em fase de adjudicação, pelo que havia riscos consideráveis de atraso.

Destacou que o projeto atual ia incorporar algumas das preocupações dos peticionários, designadamente: alargamento de passeios, aumento de área pedonal, manutenção das zonas *kiss and drive* e a implementação de uma nova junto da Escola de Santa Maria; lugares de estacionamento, áreas verdes e medidas de acalmia de tráfego e reforço da segurança rodoviária. Referiu ainda disponibilidade do Município para integrar a rua nas designadas Zonas 30. Concluiu, afirmando que esta petição se trata de um bom exemplo de diálogo democrático, cidadania e de governação.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, congratulou a iniciativa e discussão do assunto no órgão.

Considerou que alguns objetivos já tinham sido alcançados, dada a abertura do Executivo para incluir algumas propostas.

Manifestou a sua disponibilidade para reunir com os representantes, no sentido de acompanhar o processo.

Sublinhou ainda a importância de envolver os cidadãos nos projetos.

Carolina Macedo Santos, Membro do Grupo Municipal PS, reconheceu o trabalho dos peticionários que trouxeram uma visão de espaço público que merecia ser escutada. Disse que o Partido Socialista se revia naquela aspiração e princípio.

Disse que compreendia o constrangimento de interromper um projeto, mas que a reabilitação devia aportar uma visão de futuro. Apelou a que o Município aproveite a margem ainda disponível para incluir as propostas apresentadas.

Destacou as respostas às várias pretensões dos peticionários, mas afirmou que, no entanto, havia outras que não iam ser consideradas pelo que considera ficar aquém.

Questionou sobre a preservação das árvores e sobre o procedimento de contratação pública.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., esclareceu que a não apresentação de propostas por parte da Assembleia Municipal, não denotava desinteresse, mas se devia ao facto de ter havido resposta por parte da Câmara Municipal.

Disse que a situação identificada na rua Guerra Junqueiro não era um caso isolado, sendo praticamente padrão na cidade. Disse que não compreendia a renitência em integrar aquela zona na redução de velocidade.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, saudou os peticionários e Executivo pela auscultação de preocupações e a averiguação da execução técnica, política e financeira.

Fez um enquadramento do projeto e afirmou que a Iniciativa Liberal partilhava da visão de cidade subjacente à petição.

Deu ainda nota de o projeto já ter sido adjudicado, pelo que alterações significativas ao projeto originava mais custos e atrasos.

Destacou o aspeto da segurança ser fundamental na rua em causa, situação para a qual o Executivo municipal demonstrou abertura, dando a prioridade às crianças.

Concluiu, afirmando que algumas das pretensões eram correspondidas e rematou dizendo que a participação dos cidadãos na discussão dos projetos devia ser através do diálogo ou do envolvimento dos mecanismos formais de discussão pública.

Defendeu uma comunicação atempada dos projetos e dos grandes temas da cidade, sob pena dos temas complexos surgirem em petições em ocasiões em que a flexibilidade para alterações já está reduzida.

Duarte Nuno Correia, Membro do Grupo Municipal CDS-PP, disse que as intervenções que o antecederam já tinham sido esclarecedoras.

Saudou e reconheceu a petição em causa e realçou a visão de cidade mais verde e com qualidade de vida.

Sublinhou a forma como o Executivo lidou com os peticionários e integrou algumas das suas preocupações.

Dos oito pontos apresentados, sete já estarão incluídos no projeto a realizar no local, com a exceção da ciclovia por problemas técnicos – o que comprovava que aquela visão de cidade tinha futuro.

Carolina Macedo Santos, Membro do Grupo Municipal PS, questionou Pedro Schuller sobre a data do relatório de adjudicação, caso já tenha existido, e a data de outorga do contrato.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal IL, respondeu ter sido um lapso de linguagem. Disse adjudicado quando devia ter dito fase de atribuição/decisão.

Pedro Avides Moreira, Membro do Grupo Municipal CH, felicitou os promotores da petição, cujos documentos anexos a fundamentavam e justificavam.

Notou a comunicação tardia da atualização do relatório, com a confirmação de que algumas das sugestões não tinham viabilidade e lamentou o facto de não ser possível a criação da ciclovia.

Acrescentou que as propostas para a redução de velocidade também deviam ser atendidas.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Catarina Araújo, cumprimentou os subscritores da petição.

Salientou a importância da discussão proporcionada pela petição com um conjunto de propostas válidas e legítimas para aquela rua.

Disse que teve a oportunidade de dialogar com os peticionários e com outras entidades para explicar e esclarecer dúvidas sobre o projeto e, sempre que possível, incluir os contributos.

Deu nota da reunião realizada entre o Executivo e os peticionários e de ter sido enriquecedora.

Explicou que já havia um projeto do mandato anterior e, ainda assim, tinha sido possível dar resposta a algumas preocupações demonstradas, como era o caso do alargamento de passeios, redução da faixa de rodagem, beneficiação das condições da circulação pedonal, reforço da sinalização, instalação de mobiliário urbano, aumento do arvoredo, intervenção nas caldeiras, acessibilidade na paragem de autocarro, zonas de *kiss and drive* e de estacionamento para bicicletas.

Esclareceu que houve um conjunto de árvores abatidas por razões fitossanitárias, mas que iam ser replantadas.

Concluiu, afirmando que a rua ia ser integrada na zona 30, com a intenção de promover uma mobilidade mais segura.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que, após ter lido a atualização do relatório e assistido à intervenção da Vice-Presidente da Câmara Municipal, reviu alguma das suas preocupações iniciais.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **suspendeu os trabalhos da Sessão**, por cinco minutos.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, **retomou os trabalhos da Sessão**, após cinco minutos.

3. Apreciação do relatório relativo à petição de cidadãos “contra a transferência da sala de consumo assistido para o Aleixo, na cidade do Porto”.

NUP/42314/2026/CMP

Nos termos da alínea e) do art.º 43º do Regimento, **Alberto Baldaque**, representante da Petição, **interveio sobre o assunto da Petição**.

Referiu que a petição não era contra a existência da sala de consumo assistido, era contra a decisão da sua transferência para o Aleixo, sem que tenha havido uma demonstração de que aquela era a melhor solução.

Disse que após resposta da Câmara Municipal, a sua preocupação havia aumentado.

Referiu que o relatório da Assembleia Municipal reconhecia a ausência de estudos comparativos entre localizações, dúvidas sobre a eficácia da nova localização, riscos de quebra de confiança com os utentes e dúvidas sobre a solução provisória.

Considerou que a decisão devia ser demonstrada e não suportada em perceções pessoais, pelo que denotava não haver uma explicação técnica devidamente fundamentada.

Propôs que a Câmara Municipal publicasse os estudos existentes e apresentasse uma análise comparativa de pelo menos três localizações viáveis e realizasse uma consulta prévia antes de uma decisão final.

Disse que o manifesto eleitoral prometia uma estratégia metropolitana para a toxicodependência baseada na descentralização daquelas respostas, pelo que existia uma contradição em relação ao que estava a ser executado.

Concluiu que uma sala de consumo era uma resposta de saúde pública, cuja eficácia dependia da proximidade ao fenómeno.

Solicitou a disponibilização da fundamentação técnica para a decisão em causa, caso a mesma não fosse suspensa.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal FA, disse que a petição era pertinente, séria e convocava a decidir, sem conhecimento suficiente e com potenciais consequências para a cidade.

Apresentou a proposta apresentada pelo Grupo Municipal FA que defendia um processo aberto, participado e técnica e cientificamente fundamentado sobre a eventual transferência da sala de consumo.

Disse que a sua perceção em relação à nova localização era de contaminação de uma zona que estaria em recuperação.

Sugeriu o envolvimento da Academia, entidades competentes na matéria e população para uma conclusão.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, recordou que a criação de uma sala de consumo surgiu através de um processo longo, participado e sustentado em evidências, e disse que o Partido Socialista defendia uma continuidade com esse histórico.

Resumiu todo o processo da criação da sala de consumo, recordando os envolvidos, a criação de uma comissão da Assembleia Municipal para o seu estudo e acompanhamento, culminado num relatório final, e explicou etapas que se seguiram. Concluiu ter sido uma política baseada em evidências, construída de forma participada e orientada para responder a um problema. Defendeu que, sendo aquele um problema complexo e da maior importância para a cidade, não podiam embarcar em experimentalismos.

Propôs um plano integrado de combate que incluía prevenção, dissuasão e o tratamento. Reiterou o reforço da qualidade dos serviços prestados e a sua ampliação através de um processo participado e com a apresentação pública dos estudos.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal B.E., sublinhou a sensibilidade do tema e a complexidade da situação, pelo que a reflexão sobre a sua localização era premente.

Disse que apresentou uma proposta, à semelhança da aprovada, em 2023, para a realização de um estudo de expressão metropolitana – nunca concretizado.

Concluiu, dando nota da vigência de três anos para a nova localização, sendo este o período de previsão para início de construção naquele território.

Diamantino Raposinho, Líder do Grupo Municipal L, agradeceu aos peticionários a apresentação do tema, sendo algo importante para o Grupo Municipal.

Disse que aquele era um processo onde a comunidade, utilizadores e profissionais da área deviam ser envolvidos.

Criticou a forma como o processo foi conduzido, dando nota que era necessário que as medidas, para serem eficazes, fossem ao encontro dos anseios da população.

Em linha com a proposta apresentada pelo Grupo Municipal, disse que era necessário ver o tema com uma dimensão metropolitana e sublinhou a necessidade de estudar outras localizações na cidade.

Francisco Calheiros, Líder do Grupo Municipal CDU, defendeu uma estratégia integrada mais ampla e completa, ao invés de soluções temporárias que se tornam permanentes.

Relembrou a política de desinvestimento na área e nas instituições ao longo dos anos.

Acrescentou que a prevenção e o tratamento não podiam estar desligados e chamou a atenção para a necessidade de policiamento de proximidade.

Concluiu, lamentando que a decisão da nova localização não tivesse incluído os envolvidos e tido um parecer técnico e o reforço de meios, numa resposta que é tão necessária.

Apelou ainda ao Executivo que exija ao Governo um investimento neste tipo de resposta.

Carlos Graça, Líder do Grupo Municipal CH, lamentou a decisão unilateral do Executivo, sendo a população informada através da comunicação social.

Disse que houve um longo debate para um consenso atual sobre a implementação da sala, ao contrário da decisão repentina do Presidente da Câmara, sem consultar as forças vivas do território.

Chamou a atenção para o potencial incumprimento da Lei, pois o Aleixo tinha uma forte presença habitacional expondo moradores a riscos inaceitáveis.

Exigiu a suspensão imediata da transferência da sala de consumo.

Saíram da Sala Miguel Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, **Paulo Silva**, Membro do Grupo Municipal PS e **Pedro Avides Moreira**, Membro do Grupo Municipal CH.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD, referiu que, em 2017, tinha sido discutida a criação de uma resposta e que foi consensual.

Disse que a petição trazia uma preocupação real de muitos cidadãos e que merecia ser ouvida e ter uma resposta clara.

Disse que o entendimento do PSD, assentava em três ideias principais: reconhecimento da legitimidade da petição; valorização das preocupações; e entendimento que os dados disponíveis sustentavam a realocação da sala.

Acrescentou que o programa de consumo tem produzido dados concretos para a cidade, enunciando-os.

Explicou que a localização atual apresentava constrangimentos sérios, pelo que a nova localização devia ser avaliada pelo que permitia melhorar. Acrescentou que o terreno escolhido era propriedade municipal, o que significava menor dependência de terceiros, menor incerteza jurídica, menor risco de atrasos e maior garantia de que a resposta avançava com a celeridade que o problema exigia no momento.

Disse compreender as preocupações, mas aquela sala não representava um regresso ao passado. Era uma resposta concreta, organizada, supervisionada e monitorizada.

Disse que o PSD não recusava estudos ou diálogo com os vários intervenientes, sublinhando a sua importância, mas que não podiam ser impeditivos de uma resposta imediata.

José Maria Montenegro, Líder do Grupo Municipal CDS-PP, saudou os peticionários.

Compreendeu a posição dos moradores em relação à localização da sala.

Considerou que o problema não se resolvia com a sala de consumo assistido e que se estava a gerar um jogo político em torno da situação.

Concluiu, dando um voto de confiança ao Executivo pela sua seriedade e saudando-o por não ter medo de decidir.

A Vereadora do Pelouro da Coesão Social, Saúde e Proteção Civil, Pelouro da Habitação e Pelouro dos Recursos Humanos, Gabriela Queiroz, disse que a decisão não tinha sido tomada sem o adequado conhecimento sobre o tema e com a intenção de causar constrangimento a uma parte da população, sublinhando a preocupação de ter em conta toda a população.

Disse que o que havia sido discutido era a criação de uma resposta naquele âmbito e que, apesar de ter tido críticas, tal resposta avançou e tem presentemente reconhecidos os seus benefícios.

Explicou que a decisão de deslocalização estava suportada numa constatação comum aos envolvidos e que tinha que ver com a dimensão da sala e a sua falta de condições, o que gerava, por vezes, episódios de desacatos e violência.

Disse que era necessário aumentar a capacidade da sala e deslocá-la para um lugar com menos fluxo habitacional e percursos pedonais, tendo sido este o raciocínio e preocupações adotados.

Reconheceu, ainda, a necessidade de acompanhamento, monitorização e proximidade policial e louvou a participação cívica, através da petição.

A Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada, colocou à votação as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.

17. Moção “Pelo reforço da resposta do Programa de Consumo Vigiado no Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal LIVRE.

NUD/445727/2026/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 22 votos contra (12 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 2 CH + 1 IND), 19 votos a favor (14 PS + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.) e 2 abstenções (FA).

Entraram na Sala Miguel Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, **e Pedro Avides Moreira,** Membro do Grupo Municipal CH.

18. Recomendação “Por um processo aberto, participado e fundamentado técnica e cientificamente sobre a eventual transferência da Sala de Consumo Assistido do Porto - Pasteleira para o Aleixo”, apresentada pelo Grupo Municipal Filipe Araújo: Fazer à Porto.

NUD/445840/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (14 PS + 3 CH + 2 L + 2 CDU + 2 FA + 1 B.E.) e 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

19. Recomendação “Por uma resposta integrada ao problema da toxicodependência”, apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/445216/2026/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com o voto de qualidade da Presidente, com 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND), 21 votos a favor (14 PS + 2 L + 2 CDU + 2 FA + 1 B.E.) e 3 abstenções (CH).

20. Recomendação “Promover um processo participado, transparente e tecnicamente fundamentado sobre a eventual transferência da Sala de Consumo Vigiado do Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

NUD/446033/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 24 votos a favor (14 PS + 3 CH + 2 L + 2 CDU + 2 FA + 1 B.E.) e 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND).

21. Recomendação “Por um novo estudo atualizado sobre a situação das dependências no Porto e na Área Metropolitana do Porto”, apresentada pelo Grupo Municipal B.E.

NUD/445830/2026/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, 23 votos a favor (15 PS + 3 CH + 2 L + 2 CDU + 1 B.E.), 21 votos contra (13 PPD/PSD + 4 CDS-PP + 3 IL + 1 IND) e 2 abstenções (FA).

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

art.º 41.º do Regimento

A cidadã Helena da Silva disse que, como moradora na zona do Aleixo há vários anos, assistiu a cenários de tráfico de droga e de prostituição. Congratulou-se o desaparecimento das torres do Aleixo, como forma dar uma nova vida àquele local. Expressou a sua não concordância com a nova localização da sala de consumo e sugeriu que fosse associada a uma unidade hospitalar e em localização distante das comunidades.

O cidadão Rui Carrapa, disse que conhecia a zona há muitos anos e que os moradores não estavam de acordo com a nova localização da sala. Acrescentou que foi uma decisão tomada carecendo de pareceres técnicos e sem ouvir os residentes e que não havia uma necessidade de relocar o equipamento. Afirmou que, na atual localização, era possível aumentar e alargar os horários de atendimento, sendo o investimento inferior com aquela opção. Solicitou a suspensão do processo, a participação dos moradores e a disponibilização dos pareceres técnicos.

Os cidadãos Vanessa Schuh, José Aguiar, Maria Paula Morais, Flávio Cunha, António da Silva, Jorge Braga e Francisco Lança, previamente inscritos para o efeito, não exerceram o seu direito de intervir na Sessão.

Tendo sido atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, **a Presidente da Assembleia Municipal**, Marta Massada, **suspendeu os trabalhos da Sessão**, eram

01h50, e informou que a próxima Reunião para continuação da Sessão se iria realizar no dia 6 de julho de 2026, às 21 horas, no mesmo local.

A Presidente da Assembleia Municipal



Marta Massada

O Primeiro Secretário



Gonçalo Mayan Gonçalves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 18.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 29 de junho de 2026.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Reunião de 29 de junho de 2026. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 18.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 14 de setembro de 2026.

A Presidente

Marta Massada

O 1.º Secretário

Gonçalo Gonçalves

A 2.^a Secretária

Teresa Vilas Boas